

Política de Privacidade e Tratamento de Dados

Informação aos titulares de dados pessoais (artigos 13.º e 14.º do RGPD)

O Município de Valpaços encara, a privacidade e segurança dos seus dados pessoais, seriamente, pelo que pretendemos ser abertos e transparentes, no que diz respeito ao tratamento e proteção dos dados pessoais que partilha connosco.

Por isso, implementamos políticas de segurança da informação e procedimentos específicos, como garantia da prossecução do interesse público, nas diversas áreas de intervenção do município.

Esta Política de Privacidade e Segurança, serve para explicamos para que finalidades podemos usar os seus dados, como os tratamos, com quem os partilhamos, durante quanto tempo os conservamos, bem como as formas de entrar em contacto connosco e de exercer os seus direitos.

Os dados pessoais serão recolhidos e tratados pelo **Município de Valpaços**, com sede no Largo do Jardim, 5430-482 Valpaços, contactável pelo e-mail municipio@valpacos.pt, ou pelo telefone 278710130, sendo a entidade **responsável pelo tratamento de dados pessoais** na aceção do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), Regulamento (EU) n.º 2016/679, de 27 de abril, relativo à proteção das pessoas singulares, no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

Nesta medida deve o munícipe ler a presente Política de Privacidade e Tratamento de Dados, conjuntamente com os Termos e Condições que regulam a oferta dos diversos serviços do Município.

Obrigações do responsável pelo tratamento:

A informação fornecida será tratada de forma confidencial e utilizada para efeitos de gestão e respetiva relação com o Município de Valpaços, decorrente dos diversos serviços prestados e da utilização dos *sites*/aplicações, sendo o tratamento necessário para dar resposta aos pedidos, proceder à instrução dos processos, prestar informações sobre assuntos do Concelho e fins estatísticos.

Para cada tratamento específico dos dados pessoais que são recolhidos pelos diversos serviços do município, será informado acerca do fundamento legal do seu tratamento, nomeadamente se se enquadra no cumprimento de uma obrigação legal, ou se é necessária para a execução de um contrato, e quais os efeitos, se optar por não o fazer.

Nos seus diversos portais/plataformas e aplicações informáticas, existem áreas e serviços que se encontram acessíveis apenas através do registo do utilizador. Conforme cada caso, são apenas solicitados e recolhidos os dados necessários para a prestação do serviço, de acordo com as indicações explícitas no portal e as opções do utilizador.

Os elementos de informação pessoal, ou outros recolhidos através do registo, destinam-se exclusivamente a uso administrativo e informático, no âmbito estrito dos serviços solicitados pelo utilizador através do portal/plataforma ou aplicação web.

O *site* não recolhe dados pessoais, a menos que, voluntariamente, os forneça (Ex.: utilização dos formulários eletrónicos, quando nos pretende dirigir um requerimento ou pedido de informação, sugestão, elogio ou queixa).

Qualquer informação que nos forneça por esta via, será utilizada pelo Município, apenas para a finalidade descrita.

O utilizador compromete-se a fornecer ao Município, informação de registo rigorosa e completa, em particular, o endereço de correio eletrónico, e a notificar o Município de quaisquer alterações a essas informações.

Caso se trate de um visitante de menor idade, ou incapaz, realizar-se-á sob a inteira responsabilidade de pai/mãe ou representante legal, pelo que deverão acompanhar,

supervisionar ou tomar as precauções que entendam necessárias durante o acesso daqueles aos *sites* e APPs.

Por conseguinte, o Município de Valpaços compromete-se a implementar, entre outras, as seguintes medidas:

- Respeitar a legislação em vigor sobre proteção de dados pessoais e não ceder/divulgar/partilhar, sob qualquer forma ou condição, esta informação a entidades terceiras, para fins comerciais ou de publicidade;
- Tratar os dados pessoais fornecidos, no âmbito da finalidade para a qual foram recolhidos; Implementar os controlos tecnológicos, para garantir a segurança da informação respeitante aos dados pessoais e outros;
- Redundância de equipamentos de armazenamento, processamento e comunicação de dados pessoais, para evitar perda de disponibilidade.

Para efeitos do artigo 4.º do RGPD, importa referir a definição dos seguintes termos:

- **Dados pessoais:** é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respetivo suporte, incluindo som e imagem, designadamente por referência a um identificador ou a um ou mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, genética, mental, psíquica, económica, cultural ou social.

- **Encarregado/a de Proteção de Dados:** O Encarregado de Proteção de Dados (DPO) do Município de Valpaços, é **Luis Chaves**, designado para o efeito por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, datado de 14/09/2018.

Terá como missão informar e aconselhar os serviços do Município, sobre as obrigações impostas pelo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

Implementar uma cultura de minimização de dados, em que apenas se recolhem, utilizam e conservam os dados pessoais estritamente necessários ao desenrolar da sua atividade e à satisfação dos interesses dos cidadãos;

Adotar as medidas de segurança da informação necessárias, para garantir a salvaguarda dos dados pessoais dos utilizadores;

Implementar medidas administrativas e organizativas, técnicas e físicas, para garantir a segurança da informação respeitante aos dados pessoais e outros;

Implementar procedimentos que garantam a proteção/integridade dos dados pessoais;

Assegurar a realização de ações de formação/informação/sensibilização, a quem procede ao tratamento de dados pessoais;

Implementar processos de monitorização, para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas, de modo a garantir a segurança do tratamento;

Reavaliação das permissões de acesso a dados pessoais, sendo apenas dadas a quem necessita efetivamente de ter acesso aos mesmos para o desempenho das suas funções;

Assegura ainda, que os munícipes e demais titulares de dados têm conhecimento da forma como os seus dados pessoais são tratados e quais os direitos que lhe assistem nesta matéria.

Os titulares de dados pessoais, podem contactar a Encarregada de Proteção de Dados, para esclarecerem todas as questões que considerem pertinentes, relacionadas com o tratamento dos seus dados pessoais e exercício dos seus direitos através do email: rgpd@cm-valpacos.pt ou jurista@valpacos.pt.

- **Finalidade de Tratamento e Consentimento:** O Município trata os dados pessoais para cumprimento de obrigações legais ou com base no consentimento do titular de dados.

Cumprimento de obrigação legal – quando o tratamento de dados pessoais seja necessário no âmbito do exercício das competências do Município.

É a manifestação de vontade, livre, específica, informada e explícita, pela qual o titular dos dados aceita, mediante declaração ou ato positivo inequívoco, que os dados pessoais que lhe dizem respeito sejam objeto de tratamento.

- **Tratamento de dados:** Os dados serão conservados durante o período necessário para a observância dos propósitos para os quais foram recolhidos. No entanto, em determinados casos

poderemos conservar os dados durante períodos mais longos, nomeadamente quando a legislação em vigor o determinar.

Os dados serão mantidos de acordo com prazos determinados na legislação aplicável consoante a natureza do pedido.

Sempre que não exista determinação legal, os dados são tratados apenas pelo período considerado necessário para o cumprimento da finalidade que motivou a recolha.

Princípios do tratamento de dados pessoais:

Para efeitos do artigo 5.º do RGPD, importa referir os seguintes princípios fundamentais, relativos ao tratamento de dados pessoais:

- **Licitude, lealdade e transparência:** Os dados pessoais são objeto de um tratamento lícito, leal e transparente, que exigem que o titular dos dados seja informado da operação de tratamento de dados e das suas finalidades. O tratamento dos dados pessoais deve assentar numa das causas de licitude do tratamento, previstas no artigo 6.º do RGPD.

- **Limitação das finalidades:** Os dados pessoais são recolhidos para finalidades determinadas, explícitas e legítimas, não podendo ser tratados posteriormente, de uma forma incompatível com essas finalidades. O tratamento posterior para fins de arquivo de interesse público, ou para fins de investigação científica ou histórica ou para fins estatísticos, não é considerado incompatível com as finalidades iniciais, em conformidade com o artigo 89.º, n.º 1.

- **Minimização dos dados:** Os dados pessoais são adequados, pertinentes e limitados ao que é necessário relativamente às finalidades para as quais são tratados.

- **Exatidão:** Os dados pessoais são exatos e atualizados, sempre que necessário. Devem ser dotadas todas as medidas adequadas para que os dados inexatos, tendo em conta as finalidades para que são tratados, sejam apagados ou retificados sem demora.

- **Limitação da conservação:** Os dados pessoais são conservados de uma forma, que permita a identificação dos titulares dos dados, apenas durante o período estritamente necessário para as finalidades para as quais são tratados. Os dados pessoais podem ser conservados durante períodos mais longos, desde que sejam tratados exclusivamente para fins de arquivo de interesse público, ou para fins de investigação científica ou histórica, ou para fins estatísticos (artigo 89.º, n.º 1), sujeitos à aplicação das medidas técnicas e organizativas adequadas exigidas pelo RGPD, a fim de salvaguardar os direitos e liberdades do titular dos dados.

Respeitamos também a confidencialidade da sua informação e assumimos o compromisso de manter a sua informação confidencial de acordo com esta Política de Privacidade e legislação aplicável.

Política de Privacidade poderá ser objeto de alteração a todo o tempo, sendo qualquer alteração divulgada e atualizada no site.

Licitude do tratamento:

Para efeitos do artigo 6.º do RGPD, o tratamento de dados pessoais só é lícito se e, na medida em que se verifique pelo menos uma das seguintes situações:

a) O titular dos dados tiver dado o seu **consentimento**, de forma livre, informada, explícita e inequívoca, para o tratamento dos seus dados pessoais para uma ou mais finalidades específicas.

b) O tratamento for necessário para a **execução de um contrato**, no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados.

c) O tratamento for necessário para o **cumprimento de uma obrigação jurídica/legal** a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito.

d) O tratamento for necessário para a **defesa de interesses vitais** do titular dos dados ou de outra pessoa singular.

e) O tratamento for necessário ao **exercício de funções de interesse público**, ou ao **exercício da autoridade pública** de que está investido o responsável pelo tratamento.

f) O tratamento for necessário para efeito dos **interesses legítimos prosseguidos pelo responsável pelo tratamento ou por terceiros**, exceto se prevalecerem os interesses ou direitos

e liberdades fundamentais do titular, que exijam a proteção dos dados pessoais, em especial se o titular for uma criança.

Finalidades do tratamento e utilização dos dados pessoais:

O Município de Valpaços trata os dados pessoais para dar resposta aos seus pedidos, instruir os processos, inscrição em iniciativas/eventos do Município e prestar informações, em cumprimento de obrigações legais (quando o tratamento seja necessário no âmbito do exercício das competências do Município) ou com base no consentimento do titular de dados, com o objetivo de melhorar ou personalizar os serviços que prestamos.

Os dados podem ser fornecidos através de requerimento, comunicação, queixa, participação, através dos diversos meios de atendimento disponibilizados – presencial, telefónico, correio, via eletrónica ou através do *website*/APP. Também recolhemos as informações que nos são fornecidas, assim como o conteúdo das mensagens enviadas (sugestões, elogios ou reclamações), de modo a analisar e responder às mesmas, numa lógica de melhoria contínua dos serviços prestados.

Sempre que seja rececionado um *e-mail* nos endereços institucionais da CMV, os dados pessoais que dele constem, serão tratados pelos serviços, para a prossecução do pedido.

Salvaguardamos que os dados pessoais, serão de acesso limitado às pessoas do Município que tenham necessidade de os conhecer, no exercício das suas funções e na estrita medida do necessário para a prossecução da finalidade para a qual os dados pessoais foram recolhidos, ou para finalidade compatível com o propósito inicial.

A CMV tratará os seus dados pessoais, de forma manual ou automatizada, tendo em conta a finalidade a que se destina e a prestação de serviços solicitados pelo titular:

• **Serviços de atendimento ao munícipe**

A CMV dedica-se à prestação de serviços no âmbito da Gestão Autárquica, através dos edifícios municipais a seu cargo, da Plataforma de Atendimento e do Balcão Virtual (*site* do Município). O tratamento dos seus dados é necessário para o cumprimento da prestação de serviços a celebrar entre si e a CMV, ou para a realização de diligências prévias a seu pedido, ou ainda para a celebração de um contrato/protocolo, entre outros.

Apenas lhe serão solicitados os dados pessoais estritamente necessários para a finalidade em questão, a ser preenchidos nos diversos meios existentes e tendo em conta o serviço específico. A disponibilização dos seus dados pessoais é essencial para que possa usufruir dos serviços prestados, ou seja, o tratamento é necessário para a execução dos serviços, nos campos assinalados como “obrigatórios”. Os seus dados pessoais também serão tratados para responder às suas questões, sugestões ou reclamações.

Trataremos qualquer informação que nos forneça, incluindo as categorias de dados pessoais necessárias, tendo em conta a finalidade em questão.

• **Promoção**

A CMV poderá tratar os seus dados para lhe enviar informações sobre as suas atividades, eventos, notícias, serviços e outras informações, inquéritos informativos e convites por *e-mail* e por correio postal. Os dados pessoais que serão tratados, estão especificados nos diversos meios de recolha.

Este tratamento de dados será realizado apenas com o seu consentimento (exceto em promoção por correio postal, que enviaremos com base no nosso interesse legítimo), prestado no momento da adesão à Newsletter através do *site*, ou por solicitação de um determinado serviço, através de consentimento.

O consentimento, para o tratamento de dados pessoais para efeitos de promoção, pode ser revogado em qualquer altura. Se o fizer, a CMV deixará de lhe poder enviar mais informações de promoção ou informações baseadas no seu anterior consentimento.

Categorias de dados pessoais que recolhemos:

Os dados pessoais que são recolhidos, dependem da interação com a CMV, sendo que apenas tratamos os estritamente necessários, no âmbito das atividades desenvolvidas e no estrito

cumprimento das atribuições e competências que lhe estão legalmente cometidas, e da legislação em vigor.

De referir que, alguns dos dados solicitados nos impressos/requerimentos/formulários, são de recolha obrigatória, sob pena de não ser possível prestar o serviço em causa.

- “Serviços *Online*”: A autenticação nos serviços permite aceder a um conjunto de operações, tais como, a consulta de informação relativa a processos pessoais ou submeter formulários aos serviços por via eletrónica.

Iremos recolher os dados pessoais necessários para dar resposta aos pedidos, proceder à instrução dos processos e outras questões, dependendo do contexto da interação com a CMV.

Dados pessoais de menores:

Nesta categoria especial de dados pessoais, apenas são recolhidos e tratados aqueles que são estritamente necessários, tendo em conta o âmbito das atividades desenvolvidas, garantindo o cumprimento das atribuições e competências que estão legalmente cometidas ao Município, e da legislação aplicável em vigor.

A recolha e tratamento desta categoria de dados pessoais, que não decorra de fundamento legal ou do exercício de funções de interesse público/autoridade pública, apenas ocorrerá com o consentimento do detentor das responsabilidades parentais, representante legal, tutor ou encarregado de educação (podem exercer os direitos sobre os dados pessoais dos menores, em condições similares aos titulares dos dados).

Conservação dos dados (Artigo 5.º, n.º 1, alínea e) e considerando 39 do RGPD):

Os dados pessoais serão conservados apenas durante o período que for necessário/adequado, no âmbito da finalidade para a qual foram recolhidos, conforme regulamentação comunitária e legislação nacional, nomeadamente, deliberações das autoridades de controlo de proteção de dados europeus (neste caso, a CNPD) e o Regulamento Arquivístico para as Autarquias Locais (Portaria n.º 412/2001, de 17 de abril, alterada pela Portaria n.º 1253/2009, de 14 de outubro).

Direitos enquanto Titular dos dados pessoais:

Direito de ser informado

Permite que seja informado quanto:

- quais os dados a serem tratados
- quem é o responsável de tratamento e respetivo contacto,
- finalidades e prazo de conservação
- os direitos e a forma como pode exercê-los

Estas informações devem ser prestadas, no momento da recolha dos dados, junto do seu Titular.

Direito de acesso à informação que mantemos sobre si.

Tem o direito, a obter a confirmação de que os dados que lhe digam respeito, são ou não objeto de tratamento, se os dados foram transmitidos para outra entidade ou o destino que lhes foi dado.

Direito de retificação da informação caso esteja inexata ou incompleta

Tem o direito a que o Município, sem demora injustificada, retifique os dados desatualizados, inexatos ou incompletos.

No caso do responsável pelo tratamento dos dados ser uma entidade da Administração Pública, este direito é, simultaneamente, um dever por parte do administrado de manter atualizados os seus dados.

Direito ao apagamento dos seus dados pessoais

Tem o direito de solicitar ao Município o apagamento dos seus dados, que tem a obrigação de os apagar, dentro das limitações estabelecidas por lei quando se aplique, designadamente, um dos seguintes motivos:

- a) Os dados se revelem desnecessários para a finalidade que motivou a sua recolha ou tratamento;
- b) Retirou o seu consentimento para o tratamento de dados (nos casos em que o tratamento é baseado no consentimento) e não existe outro fundamento para o referido tratamento;
- c) Opõe-se ao tratamento e não existem interesses legítimos prevalecentes que o justifiquem.
- d) Quando os dados pessoais tenham sido tratados de forma ilícita.

Direito à limitação do tratamento dos seus dados pessoais

Tem o direito de solicitar ao Município a limitação do tratamento dos seus dados se se aplicar, designadamente, uma das seguintes situações:

- a) Contestar a exatidão dos dados pessoais, durante um período que permita ao Município verificar a sua exatidão;
- b) O tratamento de dados for lícito e o titular se opuser ao apagamento dos dados pessoais e solicitar, em contrapartida, a limitação da sua utilização;
- c) O Município já não precisar dos dados pessoais para fins de tratamento, mas esses dados sejam requeridos pelo titular para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial;
- d) Se tiver oposto ao tratamento, até se verificar que os motivos legítimos do responsável pelo tratamento prevalecem sobre os do titular dos dados.

Direito de Portabilidade dos dados

Tem o direito a solicitar ao Município, os seus dados pessoais, num formato de uso comum, assim como a sua transferência para outro responsável pelo tratamento.

Todavia, apenas poderá exigir que os seus dados sejam entregues a outro responsável pelo tratamento, quando tal seja tecnicamente possível ao Município.

Esse direito encontra-se limitado aos casos em que o tratamento é efetuado por meios automatizados e depende do consentimento do titular ou da execução de um contrato.

Nos casos em que o tratamento depende do seu consentimento, tem direito a retirá-lo.

Se o consentimento for legalmente necessário para o tratamento de dados pessoais tem o direito de retirar consentimento a qualquer altura, embora esse direito não comprometa a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado nem o tratamento posterior dos mesmos dados.

Como pode exercer os seus direitos:

Para exercer qualquer um destes direitos, poderá contactar o **Encarregado de Proteção de Dados do Município** de Valpaços, por escrito, **fazendo prova da sua identidade**, através dos seguintes meios:

Por via postal para a Morada: Largo do Jardim, 5430-482 Valpaços

Formulário Online, em <https://valpacos.pt/pages/860>

Correio eletrónico, para o endereço: municipio@valpacos.pt

Presencialmente, através de preenchimento do formulário no Gabinete de Atendimento ao Município da CMV, localizado na morada acima indicada.

A resposta aos pedidos deverá ser prestada no prazo máximo de 30 dias.

A autoridade de controlo é a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), com sede na Rua de São Bento n.º 148-3º 1200-821 Lisboa, também disponível em <https://www.cnpd.pt/>.

Responsabilidades sobre serviços e websites terceiros

Este website pode conter ligações a outros websites sobre os quais o Município de Valpaços não exerce qualquer controlo, nem é responsável pelo seu conteúdo. A inclusão de ligações a outros websites é feita unicamente como referência informativa e sem nenhum tipo de opinião sobre os conteúdos, proprietários, serviços ou produtos oferecidos.

O conteúdo deste website não pode ser total ou parcialmente integrado na estrutura de qualquer outro website sem a expressa autorização do Município de Valpaços.

Política de *cookies*:

Consulte a Política de *cookies* do Município de Valpaços.

Legislação aplicável:

Existe diversa legislação aplicável à matéria da proteção de dados pessoais e associado ao uso dos *sites*, sendo a mais relevante a seguinte:

- **Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados:** Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE.

- **Retificação do Regulamento** (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.